



Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente

ANAIS ELETRÔNICOS

25 a 27 de abril
UEMG/CEFET-MG
Belo Horizonte (MG)

20
17

LETRAMENTO LITERÁRIO: INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DE CRIANÇAS LEITORAS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Chrisley Soares Félix¹
Aline Regina Gomes²

- Resumo

A preocupação com a formação de leitores no Brasil tem tido como uma de suas conseqüências a elaboração e a implantação de programas de promoção da leitura, direcionados às escolas e às bibliotecas. Nesse sentido, o Ministério da Educação desenvolveu recentemente algumas ações de promoção e acesso à leitura, tais como a distribuição de livros de literatura para as escolas, na tentativa de democratizar o acesso ao livro. Durante muito tempo tal atuação privilegiou a circulação de livros didáticos, mas algumas ações passaram a ocorrer a partir dos anos 80, voltadas para as bibliotecas escolares e ao incentivo da leitura e à formação de leitores da literatura. Entretanto, verifica-se que os obstáculos para a democratização da leitura são de natureza cultural, social e econômica. Outra característica marcante no atual cenário educacional brasileiro, que reforça o interesse pela temática do presente estudo, é a ampliação do tempo de escolarização das crianças. A aprovação do Ensino Fundamental com duração de nove anos e a obrigatoriedade escolar para pessoas de 4 a 17 anos são algumas das questões que a escola tem se deparado. A aprovação do Ensino Fundamental com duração de nove anos traz discussões e implicações para o cotidiano escolar, que ainda não são totalmente exploradas, talvez por serem simplesmente colocadas em um patamar de desafios da educação contemporânea. Uma das implicações aqui discutidas é a chegada das crianças de cinco anos nas turmas do primeiro ano do Ensino Fundamental e, com isso, a gradativa inserção desse sujeito no universo literário. Cabe aqui o destaque, bem como a nossa concordância, ao que alguns autores vem defendendo de “indissociabilidade entre os conceitos de infância e crianças”. Nesse debate, as crianças são uma categoria social constituída por sujeitos concretos, enquanto que a infância é concebida como a experiência que lhes é própria. Experiência que depende das condições sociais em que as crianças vivem, como interagem entre si e na relação adulto-criança e como significam o mundo, muitas vezes constituído unicamente pelos contextos da casa e da escola. Questões tais como “qual o lugar da criança nas relações sociais?”, ou então “que papel a criança estudante é cada vez mais demandada a representar na escola?” são questões recentemente colocadas em pesquisas, principalmente no âmbito dos estudos da Sociologia e na interdisciplinaridade dos Estudos da Infância. O objetivo deste estudo é investigar os usos das obras literárias enviadas às escolas por meio de políticas públicas nacionais e municipais e que se destinam aos leitores crianças (em suas infâncias), recém-chegadas ao Ensino Fundamental. Para tanto, serão observadas turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH), com o intuito de investigar as práticas de letramento literário e de

1 Doutoranda em Educação e Linguagem pelo CEFET-MG. Professora da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte chrisleysoares@gmail.com

2 Doutoranda em Educação pelo PPGE/FAE/UFMG. Professora da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte alinets4@gmail.com.

incentivo à formação do leitor. Até o momento, o referencial teórico foi levantado e se baseia em autores estudiosos do letramento, da literatura e aprendizagem, além dos clássicos autores advindos da Sociologia da Infância. Além disso, em breve será iniciada a pesquisa de campo de cunho etnográfico, no sentido de identificar os usos das obras, a metodologia, a relação entre leitor e a obra e a influência das estratégias de leitura e exploração do texto (escrita e imagem) no processo de formação do leitor. Considerando a literatura como instrumento de democracia, espera-se contribuir para a investigação da importância de práticas significativas, em primeiro lugar para as crianças em suas infâncias. Significativas também para o incentivo à leitura e, conseqüentemente, para a formação do cidadão consciente, criativo e reflexivo.

Palavras-chave: leitura; escola; infâncias; práticas formativas

- Introdução

O objetivo do estudo é investigar os usos das obras literárias que se destinam aos leitores crianças, verificando-se as possibilidades de acesso efetivo à leitura literária. Optou-se por analisar exclusivamente as obras enviadas às escolas por meio de políticas públicas nacionais e municipais. Interessa-nos investigar se no contexto escolar tais obras são utilizadas considerando o perfil dos alunos e como ocorre o processo de apropriação pelos estudantes.

A escola é considerada a instituição responsável por promover o contato dos alunos com os livros e, dessa maneira, contribuir para que se tornem leitores autônomos e capazes de fazer leituras voluntárias. Afinal,

a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque, pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo, ela nos organiza, liberta-nos do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade (CANDIDO, 2000, p 24).

Entretanto, sempre que se identifica em crianças ou adultos uma dificuldade no uso da escrita ou um desinteresse pela leitura, é atribuído à escola o fracasso “no desenvolvimento de habilidades de uso social da leitura e da escrita e na promoção de atitudes positivas em relação à leitura” (SOARES, 2004; p. 89).

Considerando a escola como espaço de democratização do acesso ao conhecimento, o que muitas das vezes é também questionável, enfatizamos aqui os programas de políticas públicas de incentivo à leitura literária. A preocupação do Ministério da Educação (MEC) com a formação de leitores no Brasil tem trazido, como uma de suas conseqüências, a implantação de programas de promoção da leitura direcionados às escolas e às bibliotecas.

Dentre os programas, destaca-se o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). O Programa tem como objetivo principal despertar o desejo pela leitura literária, assim como propiciar o contato com o livro de literatura, objetivando incentivar alunos e professores ao hábito de ler (BRASIL, MEC, 2017). No decorrer de suas edições, o Programa vem defendendo a importância da leitura literária na escola e na família para a formação intelectual da criança e do jovem. Dentre suas ações, ganharam destaque seu alcance quantitativo, no que

se refere ao o número de livros distribuídos, bem como o pioneirismo evidente no processo de seleção, compra e distribuição dos acervos nas escolas. Na seleção dos livros, são observados os seguintes fatores: a capacidade de motivar a leitura; o potencial para incitar novas leituras; a adequação às expectativas do público-alvo; as possibilidades de ampliação das referências do universo dos diferentes públicos; e a exploração artística dos temas.

No contexto da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME-BH), além da chegada dos livros do PNBE, há uma política de investimento em avaliação e distribuição de acervos literários para as escolas municipais. Entretanto, diferentemente do PNBE, na RME-BH ocorre a distribuição dos acervos aos alunos para que possam desfrutar dos livros em diversos contextos que não só a escola.

Na medida em que tal política passa a considerar outros ambientes de vida da criança, para além da escola, inicia-se um processo de entendimento da infância como experiência peculiar das crianças. Além disso, segundo Candido (2000), parece existir um consenso sobre os benefícios da leitura literária para a formação humana . Os alunos, ao se verem imersos em histórias, poderão encontrar instrumentos para compreender a sua experiência de mundo.

Com o processo eleitoral de 2016 e a mudança da gestão municipal de Belo Horizonte, até o presente momento tem sido destaque no âmbito da Secretaria de Educação a apresentação da leitura e do processo de ensino aprendizagem como eixos de trabalho. Nesse processo, aponta-se o uso do texto literário como uma estratégia significativa para desenvolvimento das habilidades de leitura. Entretanto, para tal uso ser legitimado, orienta-se que o professor identifique o perfil dos seus alunos, identificando suas características e adequação das obras a esses sujeitos.

Afinal, segundo Soares (2004, p. 18) a possibilidade de leitura e o acesso a ela são condição para uma plena democracia cultural; sendo esta democracia entendida como uma distribuição equitativa de bens simbólicos³, e a leitura, especificamente a leitura literária, considerada como um desses bens simbólicos. Cabe aqui a nossa defesa ao que Lajolo afirma:

é à literatura, como linguagem e como instituição, que se confiam os diferentes imaginários, as diferentes sensibilidades, valores e comportamentos através dos quais uma sociedade expressa e discute, simbolicamente, seus impasses, seus desejos, suas utopias. (LAJOLO, 2001, p. 106)

Ressaltamos que algumas mudanças recentes no atual cenário educacional brasileiro também reforçam o interesse pela temática do presente estudo. A aprovação do Ensino Fundamental com duração de nove anos e a obrigatoriedade escolar para pessoas de 4 a 17 anos (BRASIL, 2005 e 2006) são algumas das questões que a escola tem se deparado. O aumento do tempo de escolarização das crianças, muitas das vezes já associado ao aumento de permanência diária na escola⁴, trazem discussões e implicações para o cotidiano escolar, que ainda não são

3 De acordo com a autora bens simbólicos são aqueles considerados “fundamentalmente significações e só secundariamente mercadorias” (SOARES, 2004, p.18)

4 Várias são as experiências de escolas de tempo integral no Brasil, reveladas por políticas públicas já colocadas em prática nas redes federal, estadual e municipal.

totalmente conhecidas. Seja pelo fato de serem recentes ou por serem simplesmente colocadas em um patamar de desafios da educação contemporânea, tais implicações impactam e modificam o contexto escolar. Uma questão chave nesse sentido é “como pensar a gradativa inserção no universo literário da criança de cinco anos, recém chegada ao primeiro ano do Ensino Fundamental?

- Desenvolvimento

O presente estudo encontra-se em andamento e o campo será desenvolvido em escolas da RME-BH. Até o presente momento, o referencial teórico está sendo levantado, no sentido de justificar todas as escolhas teórico-metodológicas. Neste processo, já identificamos que dois enfoques são relevantes ao pensar obras literárias e crianças. Um deles se refere aos estudos que indicam o livro literário como instrumento importante para a formação do leitor.

No segundo enfoque, em diálogo com o primeiro, consideramos as pesquisas que se localizam no campo interdisciplinar dos Estudos da Infância. Partimos da constatação que se é para pensar o letramento literário como parte da formação de crianças leitoras, pressupõe-se, inequivocadamente, olhar para as crianças e pensá-las em suas inúmeras experiências de infâncias.

Partindo da discussão no primeiro enfoque, dentre os pesquisadores que abordam a discussão do livro literário estão Cosson (2006), Lajolo (2001), Abreu (1999), Candido (2000), Soares (2000) e Zilberman (1989). Os dois primeiros autores são categóricos ao definirem:

Na escola, a leitura literária tem a função de nos ajudar a ler melhor, não apenas porque possibilita (...) o hábito de leitura ou porque seja prazerosa, mas, sim, e sobretudo, porque nos fornece, como nenhum outro tipo de leitura faz, os instrumentos necessários para conhecer e articular com proficiência o mundo feito linguagem (COSSON, 2006, p.30)

É à literatura, como linguagem e como instituição, que se confiam os diferentes imaginários, as diferentes sensibilidades, valores e comportamentos através dos quais uma sociedade expressa e discute, simbolicamente, seus impasses, seus desejos, suas utopias. (LAJOLO, 2001, p. 106)

Falar de leitura literária remete ao conceito de letramento quando se focaliza a formação do leitor. Para se formar o leitor não basta adquirir a “tecnologia” do ler e escrever, apreender a técnica da codificação e da decodificação, procedimentos atribuídos ao processo de alfabetização. É necessário acrescentar à aprendizagem e ao domínio da “tecnologia” a convivência com textos de circulação social, o que leva ao “letramento”, que é “o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita” (SOARES, 2000, p. 18).

Segundo Soares (2000), o letramento é um *continuum* e, por isso, é difícil de ser medido,

principalmente porque envolve dois fenômenos bastante diferenciados e muito complexos, a leitura e a escrita. Uma pessoa pode ser capaz de ler um bilhete ou uma história em quadrinhos e não ser capaz de ler um romance ou um artigo de jornal; ou ser capaz de escrever uma carta e não ser capaz de escrever uma argumentação defendendo um ponto de vista. Nesse sentido, a autora conclui “que há diferentes tipos e níveis de letramento, dependendo das necessidades, das demandas do indivíduo e de seu meio, do contexto social e cultural” (SOARES, 2000, p. 48-49).

É necessário promover uma interpretação solidária da leitura, onde as trocas de sentido não sejam apenas entre o autor e o leitor, mas também com a sociedade em que estão localizados.

Ser leitor de literatura(...) é mais do que fruir um livro de ficção ou se deliciar com as palavras exatas da poesia. É também posicionar-se diante da obra literária, identificando e questionando protocolos de leitura, afirmando ou retificando valores culturais, elaborando e expandindo sentido. Esse aprendizado crítico da leitura literária, que não se faz sem o encontro pessoal com o texto enquanto princípio de toda a experiência estética é o que temos denominado aqui de letramento literário. (COSSON 2006, p.120)

No que se refere ao segundo enfoque, partindo dos Estudos da Infância, identificamos vários autores e suas grandes temáticas abordadas: Alan Prout, com o seu conceito de “agência”; William Corsaro sobre a “reprodução interpretativa”; Jans Qvortrup com a “infância como categoria estrutural”; e Manuel Sarmiento, sobre as “culturas infantis”⁵.

Todos eles, no âmbito específico de seus conceitos, dão embasamento para a afirmação de que as crianças são uma categoria social constituída por sujeitos concretos, e não um mero período de preparação para uma idade mais avançada ou fase da vida. Além disso, em seus trabalhos, a infância é concebida como a experiência que lhes é própria, sendo impossível ao adulto captar em sua plenitude a experiência infantil. Experiência que, sabe-se, depende das condições sociais em que as crianças vivem, como interagem entre si e na relação adulto-criança e como significam o mundo, muitas vezes constituído unicamente pelos contextos da casa e da escola. E, nesse sentido, experiência que é de natureza múltipla e, portanto, o termo infância é frequentemente usado no plural (“infâncias”), dada a pluralidade com que as crianças tem vivido suas infâncias.

No que se refere aos percursos metodológicos até o momento elencados, realizaremos inicialmente um levantamento das escolas da RME-BH que atendem os anos iniciais do Ensino Fundamental e que, concomitantemente, fazem uso das obras literárias distribuídas pelo PNBE e pela RME-BH. De posse desses dados, faremos o convite à participação na pesquisa para os responsáveis pelas escolas e, mediante a receptividade, abertura e autorização formal de diretores, coordenadores e professores, daremos início à pesquisa qualitativa de cunho etnográfico. Nessa fase será importante observar, apreender e entender: a apropriação das

5 O artigo de Barbosa, Delgado e Tomás (2016, p. 103), publicado na revista Inter-Ação, apresenta um ensaio teórico sobre os Estudos da Infância e da Criança, fazendo referência a todos esses autores citados no segundo enfoque.

estratégias e seleção das obras literárias; as ações envolvidas no processo de escolha e de leitura dos livros que compõem o acervo do PNBE e da RME-BH pelos docentes; averiguar a coerência dos usos das obras atrelados ao perfil do aluno e que concepção de aluno/criança/infância estão sendo colocadas em jogo; e as práticas de leitura: quais tempos, espaços e sujeitos envolvidos.

De posse dos dados, registrados pelo caderno de campo e instrumentos de mídia, iniciaremos com o processo de categorização e sistematização dos dados, quando de fato começaremos a contribuir com novas discussões:

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de seu ordenamento e reconstrução, permite extrair seus ensinamentos, descobrindo ou explicando a lógica do processo vivido, os fatores que intervieram no dito processo, como se relacionaram entre si e porque o fizeram desse modo (JARA, 1994, p 22)

- Considerações Finais

Apesar de a pesquisa estar na fase de levantamento bibliográfico, já é possível tecer algumas considerações sobre a relação entre o uso da literatura, a formação do leitor, a identificação de práticas de leitura e a relevância do conceito de infância no processo de seleção de obras literárias.

Considerar os livros enquanto instrumentos de qualidade que permitem desenvolver o prazer pela leitura e incentivar a leitura autônoma dos alunos é um aspecto fundamental. Entretanto, para que o professor estabeleça estratégias de acesso e exploração dessas obras tal ação deve estar associada à reflexão sobre quem é a criança, aluna dos anos iniciais do Ensino Fundamental e quais são demandas, seus interesses, suas características, suas infâncias. Em outras palavras, co-relacionar o perfil do estudante à escolha das obras e estratégias de leitura é uma demanda que envolve pensar que tipo de personagem interessa a esses alunos, que tipo de enredo desperta a atenção e curiosidade e que técnicas de leitura são favoráveis à aproximação dos estudantes à leitura. De fato, acreditamos que as possibilidades de interação pedagógica seriam enriquecidas nesse processo.

A hipótese aqui levantada é a de que a formação do leitor literário está diretamente relacionada às condições de acesso e exploração desse tipo de leitura. Nesse sentido, sendo a escola o espaço no qual a democracia deve ser estimulada e, sendo a literatura uma possibilidade de favorecer o desenvolvimento do capital cultural dos estudantes, a literatura apresenta-se como objeto favorecedor do desenvolvimento do senso crítico, da ampliação do conhecimento de mundo e das possibilidades de desenvolvimento dos diversos tipos de letramento, incluindo o literário.

Nesse sentido, garantir o acesso de qualidade aos estudantes, com práticas que considerem seu perfil, a qualidade do livro e das práticas que envolvem seu uso, faz-se fundamental para que haja a efetivação do que nos propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais: a formação de

um sujeito crítico, participativo e atuante.

- Referências

ABREU, Márcia. **Cultura letrada: literatura e leitura**. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1999.

_____. As variadas formas de ler. In: PAIVA, Aparecida et al. (Org) **No fim do século: a diversidade - o jogo do livro infantil e juvenil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.121-134.

BARBOSA, M. C. S; DELGADO, A. C. C.; TOMÁS, C. A. Estudos da infância, estudos da criança: quais campos? Quais teorias? Quais questões? Quais métodos? **Inter-Ação** (Goiânia), Goiânia, v. 41, n. 1, p. 103-122, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5216/ia.v40i3.35869> Acesso em 28-5-2017

BRASIL. Lei nº 11.274/06, de 06 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 fev. 2006.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais : Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.**

BRASIL. Lei nº 11.114/05, de 16 de maio de 2005. Altera os artigos 6o, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 maio 2005.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Várias publicações. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em 28/5/2017.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2006.

JARA, Carlos Júlio. J. Capital social: Construindo redes de confiança e solidariedade. **Capital social e desenvolvimento social sustentável**. IICA, Quito: SEPLAN, nov., 1999.

LAJOLO, Marisa. **Literatura: leitores e leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.

LAJOLO, Marisa, & ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 1999.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy et al. (Orgs.). **A escolarização da literatura: o jogo do livro infantil e juvenil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera (Org.). **Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001**. 2. ed. São Paulo: Global, 2004a.

_____. Leitura e democracia cultural. In: PAIVA, Aparecida. et al. (org.) **Democratizando a leitura: pesquisas e práticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b. (Coleção Linguagem e Educação), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, São Paulo, p.108-130, 2000.

ZILBERMAN, Regina. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 1989.

5 Seminário

Educação e Formação Humana: desafios do tempo presente

Realização



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO



Apoio



UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Coparticipação

FADECIT.
FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO
DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
MINAS GERAIS